

Dois dedos de prosa sobre *O Capital*

Idaleto Malvezzi Aued*

Resumo

Como professor da Teoria Marxista, há vários anos venho preocupando-me em oferecer aos estudantes de Karl Marx, fundamentalmente da sua obra – *O Capital* - elementos que os acompanhem em todos os momentos de sua investigação e que facilitem a compreensão dessa teoria.

O materialismo-dialético está presente nas formulações desenvolvidas neste trabalho como teoria do conhecimento, e sou levado a evidenciá-lo, haja vista que é uma das singularidades da obra de Karl Marx. Outro elemento que também marca este trabalho é que ele adota, como parâmetro principal de análise, o marxismo como crítica da Economia Política, e não como continuador desta Economia. Isto significa que se adotará para esta discussão, como conteúdo central, o subtítulo da obra *O Capital*, que é a “Crítica da Economia Política”, razão pela qual se busca evidenciar as diferenças entre as relações mercantis e as relações capitalistas no modo de produção capitalista.

Palavras-chave: marxismo e teoria do conhecimento; Crítica da Economia Política; relações sociais capitalistas.

Résumé

Deux petits commentaires au sujet du Capital

Comme professeur de théorie marxiste, depuis quelques années je tiens a me préoccuper à offrir aux étudiants de Karl Marx,

* Professor Titular DE vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas e ao Programa de Pós-Graduação de Geografia na UFSC. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). idaletom@cse.ufsc.br

Formatado

Formatado

Formatado

fundamentalmente à ceux qui étudient son oeuvre – Le Capital –, des éléments que puissent leurs accompagner en tous les moments de leur recherche et rendre plus facile la compréhension de cette théorie.

Le matérialisme-dialectique est présent dans les formulations développées au long de ce travail comme théorie de la connaissance. Et je suis conduit à le mettre en évidence, puisque celui-ci est une des singularités de cette oeuvre. Un autre élément que marque ce travail est qu'il adopte comme paramètre principal d'analyse, le marxisme comme critique à l'économie politique, et non comme perpétuation de cette économie. Cela veut dire qu'on adoptera pour cette discussion, comme contenu central, le sous-titre de l'oeuvre "Le Capital", dénommé "Critique de l'Économie Politique", raison pour laquelle on cherche à mettre en évidence les relations marchandes et les relations capitalistes dans le mode de production capitaliste.

Mots-ché: marxisme et theorie do conhecimento; critique da l' economia politica; les rapports sociaux capitalistes.

Apresentação

Não são poucas as obras existentes que nos indicam os caminhos possíveis para estudar e compreender o conteúdo de *O Capital*, de Karl Marx. Entre elas, algumas se destacam por seu rigor científico, adequado e compatível com as formulações marxistas, e que, por isso mesmo, são consideradas clássicas. Consultá-las, poderia ajudar-nos nesta tarefa.

Mas, em decorrência de minha experiência em salas de aula, julguei por bem, de forma inicial, apresentar aos alunos de graduação em ciências econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) alguns elementos metodológicos que eu acredito facilitar a compreensão do conteúdo da obra *O Capital*, de Karl Marx. Posteriormente, constatei que essa tarefa não surtiu o efeito por mim esperado e desejado. Pareceu-me que os elementos

que eu apresentara ainda não estavam devidamente desenvolvidos e claros, assim, arqueei minhas pretensões.

Em conversas mantidas com alunos de pós-graduação em geografia acerca do método utilizado por Karl Mar, informei-lhes da existência de algumas notas que eu havia elaborado sobre a temática. Foi então que deixei à disposição, a fim de que fossem feitas cópias pelos interessados, o texto original sobre um pretense diálogo que eu havia travado com Karl Marx sobre *O Capital*. Surpresa maior ocorreu quando um professor, amigo do Departamento de Geografia, informou-me que havia lido minhas reflexões e as indicava à publicação. Contive-me. Porém, a informação sobre o debate que eu estou travando a respeito da teoria marxista chegou até os responsáveis pela publicação deste periódico, os quais me solicitaram autorização para publicar o texto “Dois Dedos de prosa sobre *O Capital*”. Confesso que me senti tentado a reescrevê-lo, mas, depois de ponderações, decidi deixar vir a público, na forma original, como o tinha produzido. Espero que minhas aspirações iniciais, cujo objetivo é facilitar a compreensão da teoria marxista por parte dos estudantes, agora de geografia, possam concretizar-se.

O Capital como teoria do conhecimento

O Capital é uma formulação lógica e histórica. Esta afirmação baseia-se no “Método da Economia Política”, de Karl Marx, em que diz:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a subsistir nela, e de que certos simples signos, desenvolvendo-se nela, se enriquecem de toda a sua significação. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies

animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior, quando essa forma superior é já conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga etc. (Marx, 1973: 234).

A compreensão do conteúdo da citação acima pode ser feita através da exemplificação de como podemos conhecer a semente de um fruto desconhecido. No desenvolvimento deste exemplo, faremos analogia com o conhecimento produzido pelos homens em relação à sociedade burguesa, mais particularmente, no que concerne à Economia Política, cujos representantes são William Petty, François Quesnay, Adam Smith e David Ricardo.

Imaginemos, inicialmente, que, em determinado momento, alguém, não importa quem, nos apresenta uma semente de um fruto desconhecido e trazido da floresta do “mundo-do-faz-de-conta”. O que fazemos inicialmente para conhecê-la? Claro que o primeiro contato com a semente desconhecida será, provavelmente, através da visão, se cegos não formos. Enxergando-a, nós a compararemos às formas até então conhecidas por nós e registradas em nosso cérebro. O processo comparativo permite-nos identificar as semelhanças e as diferenças de tal semente com todas as outras formas previamente conhecidas e, assim, delimitamos sua forma, tamanho, cor etc. Outro processo inicial de conhecê-la pode ser através do contato físico. Tomando-a em nossas mãos, podemos sentir sua temperatura, a rugosidade de sua membrana, se é lisa ou áspera e assim por diante. Importa, nesse processo, percebermos que o primeiro contato para conhecer a semente se dá através dos nossos sentidos. Esse contato materializa-se na “descrição” da semente, tendo por base a comparação com todas as outras formas por nós previamente conhecidas. Neste processo, nós descrevemos o que são as características de todas as coisas que já conhecemos para dizer que a semente em foco não é “estas coisas”; ela é o não-ser; o ser são as coisas por nós conhecidas.

Analogamente, no procedimento da pesquisa, à medida que os homens ainda não conhecem o fenômeno investigado - visto que o fenômeno ainda não se explicitou em sua totalidade -, o primeiro

procedimento é de isolar o fenômeno de todas as particularidades e singularidades que o identificam e o diferenciam dos demais fenômenos já conhecidos. Os primeiros passos da Economia Política, considerada como “expressão teórica de uma realidade”, foram evidenciar, investigar e descrever as características da sociedade burguesa em oposição às sociedades pré-capitalistas, principalmente em relação à sociedade feudal, forma social historicamente mais próxima da sociedade capitalista.

No nosso exemplo, tomamos a semente do fruto desconhecido como se fosse o modo de produção capitalista. Compreendê-lo, no início da sua constituição, significou explicitar as características que lhe eram peculiares em relação às sociedades feudal, escravista, tribal, asiática etc., de uma forma similar ao exercício de comparar a semente através dos nossos registros mentais pela visão, tato e os demais sentidos humanos, transformando-os em verbo falado e escrito.

Feita essa primeira aproximação do fenômeno considerado, no nosso caso, a semente do fruto desconhecido, podemos dizer, então, que este é o conhecimento possível que os homens podem produzir sobre ele neste momento. Não há possibilidade de os homens conhecê-lo para além das comparações sensitivas com os fenômenos já conhecidos. É por isso que podemos dizer que, no momento histórico em que o fenômeno se apresenta, os homens podem usar de todos os instrumentos e meios que dispõem para conhecê-lo. Mas, não passarão de descrições fundamentadas na relação com os fenômenos já conhecidos. Suponhamos, por exemplo, que os homens utilizem um martelo ou, para não deixar dúvidas sobre o poder da destruição de nosso instrumento, substituamo-lo por uma marreta. Colocamos a semente sobre uma bigorna e, sobre ela, descarregamos nossa marreta, com a força de Thor. Em seguida, veremos um amontoado de pedaços de semente do tamanho de grãos de areia espalhados sobre a bigorna ou pelo chão. Mas, deixemos a força de lado e utilizemos um solvente químico qualquer, um ácido, que dilui a semente de tal ordem que suas moléculas sejam separadas umas das outras. A que resultado

nós chegamos com os dois exemplos? Podemos até ser mais modernos para não ficarmos devendo nada à atualidade. Então, submetamos nossa semente, agora, aos efeitos da desintegração atômica. Com esse novo “método”, obtemos, também, uma total e completa desintegração física da semente. Mas, para não parecer que não estamos falando de economia, submetemos a semente do fruto desconhecido à matemática, à estatística e à lógica formal. No primeiro caso, podemos medir seu tamanho, sua largura, sua altura etc., e quantificar seus elementos e propriedades, assim como seu peso, e determinar as espessuras dos elementos que a compõem. No caso da estatística, fica mais difícil, pois, em nosso exemplo, há somente um exemplar da semente, o que não representa uma amostra significativa, e não podemos, por isso, inferir generalizações e conclusões confiáveis. Com a lógica formal, até que podemos avançar um pouco mais. Podemos supor, a partir de axiomas, pressupostos, hipóteses, demonstrações, definições, relações, conclusões e de conceitos, um fruto ideal cuja característica pode, perfeitamente, ser aquela que produz a semente desconhecida. Assim sendo, enquanto outra explicação produzida pela lógica formal não for considerada mais adequada, ela é adotada como verdadeira. Temos, então, quê: supondo isto, supondo aquilo e supondo aquele outro, chegaremos à conclusão de que a semente é do fruto ideal. Dessa forma, adotamos como verdade que a semente é mesmo do fruto ideal.

Com o emprego desses métodos de investigação, à que conclusão chegamos? Embora utilizando os instrumentais da física, da química, da matemática, da estatística ou da lógica - ao tempo de existência da semente -, o que nós temos nada mais é do que as constatações: ou dispomos de uma descrição detalhada da comparação da semente com todos os elementos e características conhecidas pelo ser humano ou, então, temos um modelo ideal que nos permite supor que a semente pode ser de um fruto ideal. Em nenhum dos dois casos, podemos afirmar com certeza que a semente é de um fruto determinado, específico.

Podemos até nos contentar com as formulações anteriores. Pode ser que a humanidade fique satisfeita com as explicações de que a semente é mesmo a semente de um fruto ideal, ou até, que ela seja uma dádiva dos deuses. Na medida em que a semente foi definida, pela lógica, como sendo do fruto ideal ou, na medida em que foi definida como uma dádiva dos deuses, ela pode ser alçada ao altar dos templos como objeto a ser venerado, por suas propriedades mágicas, além de adquirir a propriedade de salvar as almas penadas das amarguras do cotidiano. Assim sendo, atos e atos são criados para venerá-la, bem como, oferendas multiplicam-se ao pé do altar onde ela está exposta, em agradecimento pelas benesses obtidas pelos seus devotos. Por conseguinte, surge uma legião de defensores da semente: uns, para guardá-la fisicamente; outros, para desenvolver explicações e explicações sobre suas propriedades míticas e milagrosas; enquanto outros cuidam de produzir e divulgar os efeitos maravilhosos advindos da veneração da semente. Neste caso, ela não mais necessita de ser investigada. Ela, por si só, adquire a propriedade de ser tão-somente semente, nada mais e, como tal, permite que os homens organizem-se e se reproduzam por ela e através dela. Se é uma semente de um fruto desconhecido ou do fruto ideal, isso não vem mais ao caso. Importa simplesmente saber o que é bom ou ruim, o que é útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contraria ou não a ordenação social vigente na forma de semente. Se a base produtiva dos “homens devotos da semente” fundamenta-se nas condições naturais de produzir a riqueza, não há por que se preocupar com a natureza da semente. Basta apenas que ela expresse as devoções dos homens nas condições naturais para produzirem sua existência. Assim sendo, a pesquisa sobre a verdade da semente não tem mais sentido, interrompe-se. Pode ser que quinze séculos seja o tempo que os homens venerem a semente como sendo a do fruto ideal e, neste tempo, não existe razão alguma para se contestar ou se duvidar da formulação de que a semente seja mesmo do fruto ideal; ela cumpre sua função social e, através dela, os homens se produzem e se reproduzem na forma em que se construíram.

Mas, na medida em que a base produtiva material transmuta-se, provocando a passagem de elementos naturais para os artificiais, os homens têm que dominar e controlar a natureza para poderem ampliar a produção da riqueza. Na medida em que os homens rompem com as condições naturais e biológicas do trabalho - em que maior produção significa maiores “ganhos” -, a semente do fruto ideal não é mais suficiente para reproduzir a verdade aceita até então pelos homens. Os “hereges”, que não se compatibilizam com a ordem social vigente, na forma de semente do fruto ideal, necessitam investigar a “verdadeira” natureza da semente. A produção material impõe-lhes o domínio científico sobre a natureza, o que lhes trará muitos e profundos constrangimentos e dificuldades. Os adeptos da semente do fruto ideal criarão todos os mecanismos para impedir que ela seja pesquisada. Produzir-se-ão Universidades e Universidades para propagar a verdade eterna de que a semente é a do fruto ideal. Aqueles que ousarem contestá-la poderão ser queimados em fogueiras nas praças públicas, serem marcados por cicatrizes e amarguras talhadas nos porões obscuros das prisões ou masmorras.

Mas, a produção material da vida modifica-se, e a pesquisa impõe-se como necessidade social. Com o passar do tempo, sob circunstâncias determinadas, a semente rompe sua forma primitiva. De dentro dela, emerge uma nova forma de ser que nega sua forma anterior. Surge o embrião que, por sua vez, transmuta-se numa pequena planta.

Confrontados com a nova forma em que a semente do fruto desconhecido se transmutou, os homens - que já viram e observaram várias germinações de sementes de diversos outros frutos - iniciam uma nova etapa do conhecimento e da pesquisa. Como já procederam anteriormente, agora, os homens descrevem e detalham todas as características e especificidades da nova forma de ser e pela qual se transformou a semente do fruto desconhecido. Para isso, comparam todos os novos elementos e características com os elementos e características previamente conhecidos, o que lhes propiciará identificar novamente semelhanças e diferenças

com o pequeno arbusto advindo da semente pesquisada. O elemento novo da pesquisa é o de que a semente se transmutou de sua forma primitiva, circular, ovalóide, pontiaguda etc., para um pequeno arbusto. Sendo assim, a pesquisa não só descreve, comparativamente, as formas da semente investigada com todas as sementes já conhecidas, como também descreve o processo pelo qual germina uma nova planta da semente do fruto desconhecido. E aqui há um novo passo para a compreensão dos homens sobre a natureza das coisas. Além de compararem as novas características do fenômeno observado em relação àqueles já conhecidos, eles investigam ainda a passagem de uma forma desse fenômeno para outra. Mas, além de investigarem a passagem de uma forma para outra, buscam compreender quais as forças (leis) que atuam no interior do fenômeno, as quais provocaram a passagem de uma forma para outra. Eles também buscam compreender as leis do movimento e das transformações do fenômeno. Neste tempo de existência da semente, quando é um pequeno arbusto, também não se pode saber de que fruto é a semente, ainda que se utilizem todos os métodos de investigação conhecidos pelos humanos. Enquanto suas potencialidades não se fizerem aparência, enquanto todos os elementos que a constituem não se explicitarem, não haverá possibilidade de reproduzi-la em quantidade e qualidade exigidas pela nova forma de produção material dos homens. Pode ser que, no tempo de existência da semente como pequeno arbusto, algumas características do caule e das folhas sejam singulares, as quais permitirão aos observadores atentos voltarem suas preocupações para esses detalhes da nova planta.

A Economia Política, em seus primórdios, observando o seu tempo, constata que a riqueza dos senhores capitalistas não deriva nem da posse de uns homens sobre outros e nem da posse sobre a terra e, muito menos, dos princípios advindos do céu. Atenta à nova força social que se desenvolve com os homens que vivem comprando e vendendo, constata que a riqueza tem formas singulares, como mercadoria e dinheiro. Assim sendo, a pesquisa nesse tempo e, como Economia Política, consiste em evidenciar a

superioridade das novas características sociais, bem como as condições históricas que estorvaram o livre desenvolvimento das relações, as quais permitiram aos homens comprarem e venderem o produto de seu trabalho. Ao constatar os obstáculos que dificultavam a evolução normal e natural da nova sociedade, a Economia Política desenvolve suas observações para criticar as formas antigas e velhas, a fim de superá-las e suplantá-las.

Voltemos ao nosso exemplo. É constatado que a semente, com o passar do tempo, transmutou-se em um pequeno arbusto que, cada vez mais, manifesta-se como uma árvore. Ora, os homens, atentos observadores, já conhecem muitas e muitas árvores, assim como também as utilizaram em múltiplas atividades e objetos. Também já acenderam muitas fogueiras na Santa Inquisição; já sentiram os golpes das espadas e facões de madeira, semelhantes aos dos proferidos pelos puros e ingênuos seguidores dos monges José e João Maria, na Guerra do Contestado, de 1912 a 1916, no Estado de Santa Catarina. Além disso, eles repousaram e repousam seus corpos nas mais diversas formas em que a árvore (na forma de madeira) é transformada, como bancos, cadeiras, camas e até o derradeiro leito “eterno”: o caixão, que evidentemente não é só para tomates maduros (ou serão verdes?). De agora em diante, com um maior número de especificidades e características manifestadas, os pesquisadores podem descrever a árvore com tanto mais detalhe quanto mais a comparam com todas as demais árvores já conhecidas e com as imensas florestas que se reduzem gradativamente pela ação civilizatória da modernidade. Neste novo estágio, os pesquisadores apropriam-se, em grau superior ao até então existente, da abstração que a planta do fruto desconhecido engendrou em seu processo de transmutação de uma forma para outra. Ela, a árvore, astuta e sorrateira, ainda com ar misterioso, não permite que os homens conheçam seu segredo, porém evidencia, em grau cada vez mais elevado, elementos e características que a explicitam ser “não-outras-árvores”, uma vez que suas especificidades a diferenciam das demais árvores existentes. Assim sendo, a descrição cuidadosa e detalhada da nova

planta não indica ainda ser ela a árvore de um fruto determinado. Na medida em que suas especificidades vão se manifestando, ela vai criticando, negando e superando sua identidade com outras árvores, fazendo com que se constitua sua abstração, ou seja, a própria identidade: a de ser uma planta singular, diferente das demais. Como as demais árvores, ela também é resultado da transformação de uma semente que se transformou em um pequeno arbusto que, por sua vez, transformou-se em uma árvore singular, ainda que não explicita a que fruto pertence. Nossos pesquisadores já podem concluir - pelo grau de desenvolvimento da transformação da semente em árvore - que a semente é de uma árvore determinada, a qual não se identifica com as árvores até então conhecidas, cujo conteúdo são as diferenças de suas formas, de sua aparência etc.

A Economia Política, ao observar a árvore como modo de produção capitalista, descreve o que vê: que os homens burgueses constituem-se como compradores e vendedores diferentes de seus antecessores escravistas e feudais. E, ao indagar sobre o que são os homens burgueses, a Economia Política defronta-se com a abstração de que esta sociedade engendrou ao seu tempo, nada mais. A abstração engendrada pela sociedade das compras e vendas do produto do trabalho dos homens evidencia que o fundamento da riqueza é o trabalho. A sociedade capitalista explicita que a riqueza advém do trabalho e, ao explicitar-se dessa maneira, como abstração, critica as outras formas de sociedade por elas não terem fundamentado sua riqueza no trabalho. Após ser explicitada a singularidade que diferencia o modo de produção burguês das demais sociedades, a Economia Política registra, em formulações rebuscadas e sofisticadas, a “essência”, o conteúdo desta nova sociedade e propala, pelos quatro cantos do mundo, que os homens que vivem comprando e vendendo nada mais são do que homens autônomos, independentes, livres e proprietários privados do produto de seu trabalho, os quais trocam seus trabalhos quando trocam o produto de seus trabalhos como mercadorias. Mas, a árvore, com seu olhar emblemático e com um sorriso sorrateiro do

lado esquerdo (ou seria do direito?), fica imaginando a angústia em que vivem os homens por quererem saber coisa tão banal. Semente de que fruto? Tantas delongas, descrições, colóquios, seminários, dissertações, teses, debates, artigos e opiniões para se chegar à conclusão que qualquer pássaro já sabe: da terra em que veio o fruto dessa misteriosa semente, ela é alimento para todos que têm fome e sede. No entanto, os pesquisadores nunca viveram num mundo onde exista árvore com tais características. Assim sendo, não conseguem, por enquanto, apropriarem-se da semente através da única forma que o pensamento pode fazer: a semente como abstração, isto é, a semente que germina, engendra um arbusto, depois uma árvore, após uma flor, da flor um fruto e, desse fruto, finalmente, uma nova semente igual à que deu origem ao processo observado. Este processo constante de transubstanciação evidencia que o resultado é o próprio pressuposto, a semente.

Destarte, parece que a pesquisa está terminada. A transformação natural da semente em árvore e, esta em flor, que, por sua vez, transforma-se em fruto do qual emerge uma nova semente, permite aos homens que registrem as formas, as identidades, as semelhanças, as singularidades e as particularidades da transformação de uma semente para a outra. No entanto, agora, os homens podem também desvendar as leis que impulsionam e determinam essa transformação. Podendo desvelar os mistérios da passagem de uma forma (espaço) para outra, podem demonstrar que uma nova forma decorre do desenvolvimento das formas precedentes e que, por sua vez, constitui o pressuposto do “vir-a-ser”. Em assim sendo, cada forma observada nada mais é do que o tempo (espaço) de um movimento constante de mutação. Um tempo (espaço) não pode ser entendido ou compreendido se não estiver nesse processo de transubstanciação do conteúdo, não só em múltiplas formas. O rigor da pesquisa, em sua forma científica, supõe a descrição das identidades, semelhanças, diferenças e das características entre as formas do fenômeno analisado e dos fenômenos já conhecidos. Consiste em evidenciar o movimento que se manifesta em muitas formas e que nada mais é do que o

nascimento, o desenvolvimento e a morte do fenômeno analisado. Após o fenômeno ter explicitado todos os elementos que o caracterizam, a pesquisa pode percorrer o caminho que consiste em demonstrar como esta forma mais desenvolvida (a que traz em si todos os elementos que eram potencialidades nas formas anteriores e, por isso mesmo, a forma mais acabada). Esta é a forma que expressa a generalização do fenômeno, que percorre todos os caminhos de sua existência como semente, árvore, flor, fruto e novamente semente. Assim é que a semente, bem como o fruto, a flor, a árvore e a antiga semente nada mais são do que manifestações fenomenais da abstração, porém reais: referem-se ao processo de existência da vida vegetal, puro movimento de nascimento, desenvolvimento e morte do fenômeno. Portanto, o processo de apropriação do real pelo pensamento se dá pelo caminho inverso ao da germinação da semente até a criação de uma nova semente. O pensamento somente pode apropriar-se integralmente do real quando ele constitui-se em sua plenitude, isto é, quando explicita todos seus elementos constitutivos.

Analogamente, compreendemos ser *O Capital* a forma superior da produção teórica de Karl Marx. Essa obra é o modo de produção capitalista, em sua plenitude, fazendo-se teoria ao tempo em que se manifesta como pura abstração, quando todas as características e elementos da sociedade burguesa estão explicitados e se constituem na síntese de múltiplas determinações. Destarte é que suas formulações têm que ser compreendidas como uma questão metodológica lógica e histórica, como unidade da diversidade do nascimento, desenvolvimento e morte do modo de produção capitalista, como conhecimento.

***O Capital* como crítica à Economia Política**

Estudar *O Capital* significa aprendê-lo como expressão teórica de uma dada realidade material e, ao mesmo tempo, como negação (crítica) do modo de produção capitalista em seu estágio mais desenvolvido, maduro. Tal compreensão baseia-se na seguinte passagem do Posfácio da 2a. Edição desse livro:

Formatado

A economia política, na Alemanha, continua sendo, até hoje, uma ciência estrangeira. Em sua obra "Exposição Histórica do Comércio, Indústria etc.", notadamente nos dois primeiros volumes publicados em 1830, Gustav von Gülich já faz um exame de grande parte das circunstâncias históricas que estorvaram o desenvolvimento, na Alemanha, do modo de produção capitalista e, em conseqüência, a formação da sociedade burguesa. Faltava, portanto, o material vivo da economia política. Ela foi importada da Inglaterra e da França, como produto acabado; seus professores alemães não passavam de discípulos. A expressão teórica de uma realidade estrangeira transformava-se, em suas mãos, num amontoado de dogmas, que eles interpretavam, ou melhor, cujo sentido deformavam, de acordo com o mundo circunstante, pequeno-burguês. (Marx, 1968: 9-10).

No dizer de Karl Marx, a Economia Política, como expressão teórica do modo de produção capitalista, termina com D. Ricardo,

(.) seu último grande representante, (que) toma, por fim, conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição entre os interesses de classes, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar. Ainda no tempo de Ricardo e em oposição a ele, aparece a crítica à economia burguesa na pessoa de Sismondi. (Marx, 1968: 10).

Com base na formulação lógica e histórica de que *O Capital* constitui-se na abstração da sociedade burguesa madura e, tendo presente, as citações acima, uma indagação se nos apresenta de imediato: que elementos e características definem o modo de produção capitalista em seu estágio mais desenvolvido? O que é, na sociedade burguesa, a "semente do fruto desconhecido", de acordo com o exemplo por nós utilizado anteriormente?

Se aceitarmos como verdadeiros os elementos investigados e adotados teoricamente pela Economia Política, responderemos que a sociedade burguesa atinge seu estágio mais desenvolvido quando as relações mercantis regem livre e plenamente a vida dos

homens; quando os homens, de forma geral e permanentemente, transformam o produto do seu trabalho em mercadoria e dinheiro; quando a conexão entre os homens é determinada pela compra e venda, isto é, regida pela lei do valor; quando existe a plena liberdade de mobilidade do trabalho (força de trabalho - trabalhador) e do capital, no tempo em que os elementos feudais ou de qualquer outra natureza não mais dificultam e nem estorvam para que o mercado, com sua mão invisível, regule a alocação ótima dos recursos escassos; quando o “enriquecimento” dos homens decorre fundamentalmente das transações econômicas na forma de lucro, juros, renda da terra e salários. De modo geral, podemos dizer, segundo a Economia Política, que a fase mais desenvolvida da sociedade burguesa dá-se no tempo em que os homens dividem-se e confrontam-se como compradores e vendedores; produtores e consumidores; ou como proprietários de capital, proprietários de terra (recursos naturais) e proprietários de trabalho, cada um participando da riqueza produzida de acordo com o recurso econômico do qual é proprietário, o vende ou o aluga.

Mas, adotando as formulações de Karl Marx, esses elementos mercantis investigados e explicitados pela Economia Política não são os que organizam e estruturam uma sociedade determinada e, em especial, a sociedade burguesa. Ainda que as relações mercantis, como lei da equivalência ou do valor, atinjam o estágio da plenitude de sua existência e que, por isso mesmo, generalizem-se na sociedade burguesa, não são elas as determinantes dessa organização social. As relações mercantis são, isto sim, segundo Karl Marx, o invólucro (aparência), a forma da sociedade burguesa, e não seu conteúdo.

Quando a Economia Política pesquisa a natureza da sociedade burguesa, ela o faz tendo como objeto de sua investigação as características e os elementos que estão generalizando-se e que evidenciam ser esta sociedade diferente das sociedades anteriores, principalmente da feudal. Nesse processo, ela investiga as causas do desenvolvimento, como também as do

entreve para a constituição e a generalização das categorias mercantis. No caso específico de Adam Smith, em sua obra “A Riqueza das Nações”, ele busca demonstrar como e por que as formas mercantis são superiores na alocação dos recursos como processo de produção da riqueza, em comparação com os elementos feudais que dificultam e entram a ação plena da mão invisível do mercado. Procedendo desse modo, a Economia Política, evidencia que a sociedade burguesa funda-se sobre as relações entre os que produzem e os que se apropriam da riqueza pelo trabalho; explícita, também, quem e como se produz e apropria-se da riqueza material e social através da compra e da venda de mercadorias. A Economia Política compreende que a “riqueza” advém do trabalho, em oposição ao mundo feudal, onde a riqueza advém da propriedade sobre a terra. Deste modo, os homens, agentes econômicos, dividem-se em: proprietários da terra, mas que não trabalham e, por permitirem que outros nela trabalhem, recebem uma renda, a renda da terra; um outro grupo de pessoas possui o capital e que, por organizar a produção e não consumir sua riqueza no presente (abstém-se do consumo presente) ou por emprestar à sociedade sua capacidade de ordenar e gerenciar a alocação ótima dos recursos escassos para a produção eficiente da riqueza, recebe uma remuneração pelo seu sacrifício ou pelo seu “trabalho”: o lucro e o juro; e um terceiro grupo que, por ser proprietário de trabalho e o vender, recebe o salário. Assim sendo, a riqueza é produzida pelos trabalhadores e distribuída aos proprietários da terra, aos capitalistas e aos trabalhadores. O mercado é o espaço em que as relações entre tais agentes efetivam-se e otimizam-se pela lei da oferta e da demanda. Portanto, a sociedade burguesa está em sua fase mais desenvolvida, madura, no exato momento em que não há nenhum elemento das sociedades anteriores que entreve ou estorve o livre jogo da concorrência entre os agentes econômicos na alocação ótima dos recursos escassos, através da compra e venda da riqueza. Ao proceder assim, a Economia Política destaca o conteúdo das categorias econômicas dessa sociedade, tais como dinheiro, mercadoria, capital,

acumulação de capital, capital fixo, capital circulante, lucro, juros, renda da terra, salários, divisão do trabalho, concorrência, vantagens comparativas, comércio internacional, moeda, crédito, banco, mercado, valor, trabalho, divisão do trabalho, propriedade, pleno emprego etc.

A Economia Política não pode ir além, porque, no seu tempo, a base da produção material ainda está assentada nas condições materiais e naturais do trabalho. É verdade que o fazer está sendo engendrado com base em novos elementos. Ela apreende esse processo, principalmente porque as condições do trabalho artesanal e camponês não permitem que se amplie e se desenvolva a produção material. A. Smith demonstra, em suas investigações, que a produção da riqueza é muito mais eficiente através da união entre os homens. Ele constata que, dividindo tarefas, alcança-se uma maior produção e produtividade em relação à produção de cada homem por sua própria conta. Compreende que a sociedade burguesa estrutura-se sobre a cooperação entre os homens, e não no trabalho individual, próprio, de cada produtor. No tempo da Economia Política, a produção ainda está assentada no trabalho vivo e não no trabalho passado, base produtiva fabril.

Por sua vez, Karl Marx, ao criticar a Economia Política, evidencia que a sociedade burguesa não é uma sociedade organizada e estruturada pelas relações mercantis, pela lei do valor. Ele demonstra que elas nada mais são do que a forma aparente que se reveste o conteúdo de uma determinada forma de relações entre os homens. O conteúdo da sociedade capitalista tem como núcleo relações entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção e de subsistência. Significa dizer que as relações burguesas entre os homens não são definidas pela compra e venda do produto do trabalho dos produtores diretos, tais quais mercadorias, como afirmava a Economia Política. Essas relações burguesas são definidas, isto sim, pela relação entre quem se apropria da mais riqueza na produção, porque são proprietários dos meios de produção e de subsistência, e os que não são proprietários desses meios e são obrigados, a fim de que possam viver, a

produzirem a mais riqueza para aqueles através da venda da única mercadoria que lhes resta, sua força de trabalho.

A investigação de Karl Marx desvela o processo de constituição da relação entre homens proprietários e não-proprietários dos meios de produção e de subsistência. Ao mesmo tempo, ele demonstra que as formulações elaboradas pela Economia Política não correspondem às leis que regulam e regem a sociedade capitalista. Evidencia, igualmente, que o período histórico em que a sociedade burguesa se constitui, originariamente, remonta ao processo no qual homens lutam contra homens para transformarem os meios de produção e de subsistência em seus monopólios privados, enquanto que outros homens são separados da propriedade dos meios de produção e de subsistência. Esse processo não se dá pelo e através do mercado, mas, sim, pela conquista, pela escravização, pela rapina, pelo assassinato, pela pilhagem, pelo saque, pelo roubo, pela guerra, enfim, pela violência direta. É isto que a Economia Política não compreendeu, ou seja, que o surgimento da sociedade capitalista deu-se através do processo de expropriação dos trabalhadores diretos de seus meios de produção e de subsistência, e não pela generalização das relações mercantis.

A generalização das relações mercantis é resultado do modo de produção capitalista e não um pressuposto de sua constituição.

As leis econômicas do modo de produção capitalista são as que regem o processo pelo qual o dinheiro transforma-se em capital; o capital constitui-se como produtor de mais-valia (a mais riqueza na sociedade burguesa), e a mais-valia transformando-se em fonte de capital (acumulação capitalista). As leis econômicas da sociedade burguesa são aquelas que regem o fluxo circular de autocriação e de auto-reprodução do capital. Como esse fluxo se retroalimenta, sua origem só pode se dar por outras formas, e não através de leis econômicas burguesas e, muito menos, pelas leis de outras sociedades. É por isso que, historicamente, a origem do modo de produção capitalista só pode ocorrer pela violência,

mesmo que tenha como pré-condição o capital em geral: homens que se apropriam do trabalho alheio pela troca, sem nada dar em contrapartida, no processo de circulação da riqueza. Quando o estágio maduro da sociedade burguesa é alcançado, a violência (evidentemente que estamos excluindo aqui a violência econômica) não é mais necessária historicamente; basta, tão-somente, deixar as leis do modo de produção capitalista percorrerem naturalmente seu movimento para que a relação entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção e de subsistência desenvolva-se como se fosse característica eterna e natural da sociedade. É o produto do próprio processo de produção capitalista, transformando-o em procedimento normal dos homens burgueses.

Note-se que, na abordagem aqui apresentada, o fundamento da investigação de Karl Marx é o movimento do dinheiro que se transforma em capital, do capital que produz mais-valia e da mais-valia como fonte de capital. Isto quer dizer que, em sua investigação, a compreensão do que é mercadoria, dinheiro, compra e venda serve tão-somente para demonstrar o limite da Economia Política. Ele evidencia que as categorias mercantis (mercadoria, dinheiro, valor, compra, venda etc.), no modo de produção capitalista, são elevadas à plenitude de sua existência, pois as relações entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção e de subsistência, usam-nas para se expressarem. É preciso ter presente, também, que Karl Marx, ao explicitar, teoricamente, os conteúdos das categorias mercantis, o faz para demonstrar que elas são condições necessárias para a existência da sociedade burguesa, porém, não são condições suficientes para estruturar a sociedade capitalista.

Apresentada a investigação, podemos então afirmar (mesmo que para muitos possa parecer absurdo) que não há uma teoria do valor elaborada por Karl Marx. Afirmamos, isto sim, que a Economia Política é quem elabora a teoria do valor e afirma que os homens são por ela regidos. Para Karl Marx, a teoria do valor organiza e normatiza as relações mercantis (e não as relações burguesas) entre os homens, e nunca, em qualquer tempo e lugar,

engendraram ou estruturaram uma sociedade ou modo de produção. Enquanto que para a Economia Política a teoria do valor é a organizadora e estruturadora da sociedade capitalista, para Karl Marx, ela é organizada e estruturada pelas relações de propriedade entre os que detêm e os que não detêm o direito e o poder sobre os meios de produção e de subsistência. Mas, como as relações entre os homens burgueses, no processo de valorização-do-valor na produção, não têm forma, manifestam-se como valor (mercadoria e dinheiro). O valor, na sociedade burguesa, nada mais é do que o invólucro cujas leis são subsumidas pelas leis do valor-valorizando-se na produção. Neste sentido é que Karl Marx, ao desvelar o segredo do modo de produção capitalista, desmistifica e critica as formulações da Economia Política.

Karl Marx só pôde desenvolver sua crítica à Economia Política porque a base produtiva (material) da sociedade burguesa já havia alcançado o estágio da produção onde os homens estavam divididos entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção e de subsistência, conhecido como sistema da grande produção fabril ou sistema de máquinas, na qual as condições naturais e biológicas do trabalho já estavam negadas e criticadas na materialidade pela produção fundada na ciência.

E quando a sociedade burguesa alcançou esse estágio, o seu produto foi a separação dos homens como proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Resultado do quê e do como se produz a riqueza na forma burguesa, o que significa dizer que o estágio maduro da sociedade capitalista se dá quando ela, através de suas próprias leis econômicas, se auto-reproduz; quando os trabalhadores diretos (assalariados), por não serem proprietários dos meios de produção e de subsistência, são obrigados a venderem sua força de trabalho para outros; quando os não-proprietários produzem para outros o acréscimo da propriedade privada sobre os meios de produção e de subsistência, e, assim procedendo, produzem, para si, a não-propriedade sobre esses mesmos meios. A produção dos trabalhadores nada mais é do que a

reprodução da relação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção e de subsistência.

A relação entre os homens, advinda do modo de produção capitalista, materializa-se na composição do valor da mercadoria como produto do capital. O valor da mercadoria produzida pelo capital é constituído: a) pelo trabalho passado, acumulado, trabalho excedente pretérito já apropriado como mais-valia, que se transformou em novo capital, e que o capitalista, na forma de dinheiro, antecipa-o para apropriar-se dos meios de produção como capital constante; b) pelo trabalho necessário, tempo de trabalho que os produtores diretos produzem a riqueza que lhes repõe sua força de trabalho gasta durante a jornada de trabalho e que o capitalista recebe como sua propriedade e devolve aos trabalhadores na forma de pagamento do trabalho, isto é, como salário. O capital variável é a forma burguesa do trabalho necessário; c) pelo trabalho excedente, a mais-valia, como trabalho não-pago, que o capitalista recebe dos trabalhadores diretos, sem nada dar, em contrapartida, pela troca na produção.

A luta de classes entre os proprietários e os não-proprietários na sociedade burguesa explicita-se em três coeficientes que mensuram as proporções entre as três formas sociais em que o trabalho transforma-se no valor da mercadoria. A primeira relação é a Composição Orgânica do Capital (C.O. C.), que pondera a quantidade do valor dos meios de produção antecipada pelo capitalista no processo de auto-valorização do capital, isto é, o capital constante (trabalho passado), pelo valor da força de trabalho, capital variável (trabalho necessário) que o capitalista devolve na forma de salário ao trabalhador pela compra de sua capacidade de trabalhar. A segunda pondera a quantidade de trabalho excedente (mais-valia) produzida pelo trabalhador (trabalho não-pago), apropriado pelo capitalista sem nada dar em contrapartida, pela troca, na produção, pelo valor da força de trabalho (capital variável). O coeficiente que expressa essa relação é a Taxa de Mais-Valia, também conhecida como Taxa de Exploração. A terceira relação é a Taxa de Lucro, que pondera a

Mais-Valia, quantidade de trabalho que o capitalista recebe gratuitamente, pela soma do valor dos meios de produção (capital constante) e do valor da força de trabalho (capital variável). Esse é o tempo do modo de produção capitalista maduro. Depois desse tempo, nada é criado por esta sociedade, como relação social. Daí em diante, sua produção é a reprodução de si mesma, porém, em contradição crescente.

O Capital é a expressão teórica de uma realidade dada ao tempo em que a sociedade burguesa está plenamente desenvolvida, em que as leis do próprio modo de produção atuam livremente. Karl Marx não estuda o processo de constituição desta sociedade, historicamente determinada, isto é, como, onde e quando foram dados os processos reais da separação dos homens de seus meios de produção e de subsistência (os trabalhadores), de um lado, e da propriedade burguesa, os capitalistas, de outro. Se, em algum momento de sua obra, *O Capital*, ele faz menção àquele período (A Chamada Acumulação Primitiva. L.1. v.2, cap. XXIV), é tão-somente para explicitar que tal período histórico manifesta as leis gerais do modo de produção capitalista em seu nascimento.

Karl Marx evidencia, ao longo de sua obra, que as relações mercantis nada mais são do que a aparência das relações burguesas. As relações entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção e de subsistência é a natureza da sociedade capitalista. O subtítulo de sua obra, *O Capital*, a “Crítica da Economia Política”, indica exatamente essa formulação. Crítica não no sentido de afirmar que a Economia Política é um equívoco, mas crítica ao explicitar que a base em que ela se fundamenta era insuficiente para compreender o surgimento, o desenvolvimento e a morte da sociedade burguesa. Diz também que, quando a Economia Política tinha o material disponível para fazê-lo, não mais podia continuar sua investigação, devido ao seu caráter de classe, o qual não lhe permitiu avançar na compreensão do real: o de que os homens relacionam-se como modo de produção capitalista através da apropriação do trabalho alheio, sem nada dar

em contrapartida, pela troca, na produção, como produtores de mais-valia.

E a mercadoria capitalista forma elementar da riqueza dessa sociedade, que se diferencia da mercadoria das sociedades pré-capitalistas, não é a materialização da relação dos homens independentes, livres, autônomos e proprietários privados do produto de seu trabalho, que se relacionam através do produto de seus trabalhos. Os capitalistas nada produzem e, por nada produzirem, não podem relacionar-se com outros seres humanos através do produto de seu trabalho. Os capitalistas apropriam-se gratuitamente do produto do trabalho dos trabalhadores diretos e o transformam em capital, trabalho materializado, que serve para se relacionar com os produtores diretos, os assalariados. Os trabalhadores, produtores diretos, não se relacionam com os capitalistas através do produto de seu trabalho, mas, sim, pela única mercadoria de que dispõem: sua força de trabalho através da produção da mais-valia. Assim sendo, a relação entre capitalistas e assalariados não se dá pela troca do trabalho de um, pelo trabalho de outro, na forma de valor, tal qual mercadorias, mas, sim, pelo trabalho que um produz e que o outro se apropria gratuitamente, materializados como salário e mais-valia. Em suma, a relação entre capitalistas e assalariados materializa-se na relação entre “trabalho pago” e “trabalho não-pago” de uma jornada de trabalho. Eis o conteúdo (natureza) do modo de produção capitalista, no dizer de Karl Marx, que se manifesta como semente, arbusto, árvore, flor e nova semente, cujo desenvolvimento cria a possibilidade e a necessidade do vir-a-ser não-capitalista.

Referências bibliográficas

- AUED, I. M. (1999). Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED B. W. (Org.). **Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2002). Marxismo e Geografia. In: **O ensino da Geografia no novo milênio**. ALBA, R. S., OTSUSCHI, C. e ZIBORDI, A. F. (Orgs.). Chapecó, SC.: Argos.
- _____. QUESNAY, F. (1982). **Quadro econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1973). **Contribuição para a crítica da Economia Política**. Lisboa: Estampa.
- _____. (1968). **O Capital**. RJ: Civilização Brasileira. L.I, v.1.
- PETTY, W. (1983). **Obras econômicas**. São Paulo: Abril Cultural.
- RICARDO, D. (1982). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural.
- SMITH, A. (1983). A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural.